



Contas do Estado Tribunal alimenta dúvidas sobre défice

Sentença relativa aos CTT "abriu uma janela", dizem os sindicatos



Cortes salariais

TC pode travar sentença que nos Correios obriga a devolver salários

Raquel Martins

● A sentença do Tribunal do Trabalho (TT) de Lisboa que obriga os CTT a devolver aos trabalhadores os cortes salariais efectuados no ano passado, ontem revelada pelo jornal *i*, poderá ser travada pelo Tribunal Constitucional (TC). Quando este organismo apreciar o recurso não ficará indiferente ao acórdão de Setembro do ano passado, que deu luz verde à redução do vencimento dos funcionários públicos e trabalhadores das empresas públicas.

No processo que opunha o Sindicato dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media à administração dos CTT, o tribunal considera que a lei do Orçamento do Estado para 2011 "é materialmente inconstitucional", por violar de forma "clamorosa" um "princípio fundamental do Estado de Direito - a igualdade perante a lei". Na prática o juiz entendeu que não se justifica "mesmo com razões de dificuldade orçamental" o tratamento discriminatório dado aos funcionários públicos e trabalhadores do sector empresarial face aos trabalhadores do sector privado.

Mas não é certo que a sentença venha a ser aplicada. Para já, os CTT vão recorrer para o TC e os constitucionalistas ouvidos pelo PÚBLICO lembram que é "natural" que seja recordado o acórdão de Setembro, que analisou a norma do OE relativa ao corte salarial sem que encontrasse problemas de violação do princípio da igualdade. "Na altura, o TC entendeu que não havia inconstitucionalidade e não é expectável que isso aconteça agora", diz o constitucionalista Tiago Duarte.

Também Guilherme da Fonseca, antigo juiz do Constitucional, admite que não haja mudanças no entendimento dos juizes. Ainda assim pode acontecer que o recurso seja remetido para uma secção composta pelos conselheiros que discordaram da decisão de Setembro, lembra. Mas mesmo nesse caso, há sempre a possibilidade de se recorrer para o plenário. O constitucionalista Jorge Bacelar Gouveia considera "muito pouco provável que o TC mude de opinião" e altere a jurisprudência. Bacelar Gouveia frisa que o TC já se pronunciou sobre a constitucionalidade das normas do OE 2011 e alerta que muito provavelmente a apreciação do recurso vá no mesmo sentido, pelo que o TT de Lisboa terá que emendar a decisão.

Mas já em relação aos cortes salariais e à suspensão dos subsídios de férias e de Natal em 2012, o constitucionalista considera haver matéria nova para apreciação: "A pressão do ponto de vista das finanças públicas é menor e as medidas são prolongadas".

Caso dos CTT ameaça provocar vaga de acções judiciais contra cortes nas empresas do Estado

Raquel Almeida Correia

Sindicatos de várias empresas públicas accionaram meios para interpor processos nos tribunais. Há mais quatro acções a decorrer

● O caso do grupo CTT, condenado a repor a fatia dos salários retirada aos trabalhadores em 2011, na sequência de uma medida inscrita no Orçamento do Estado, ameaça provocar uma nova vaga de acções judiciais contra as empresas públicas. Os sindicatos da TAP, ANA, NAV, CP e CGD já accionaram meios para estudar a interposição de processos, pelos cortes efectuados no ano passado e até pelos previstos para 2012 e 2013 sobre os subsídios de férias e de Natal.

A sentença relativa ao grupo CTT, que decorre de uma acção movida pelo Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media e que foi noticiada ontem pelo jornal *i*, parece ter servido de estímulo a outras uniões sindicais. "Esta decisão veio suscitar uma reapreciação das medidas que poderemos tomar", afirmou ontem o Sindicato dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses, acrescentando que "o gabinete jurídico já está a analisar a

questão para determinar qual será a fundamentação" de um eventual processo contra a CP.

Também o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil disse ao PÚBLICO que "está a estudar uma nova iniciativa" judicial contra a TAP, na sequência dos desenvolvimentos conhecidos ontem. Os pilotos já tinham interposto uma acção contra a transportadora aérea estatal, mas entretanto recuaram. Ainda na aviação, também poderá haver processos contra a NAV, a empresa pública que gere o tráfego aéreo em Portugal.

João Franco, do Sindicato dos Técnicos de Segurança Aeronáutica, avançou que "a notícia [dos CTT] despoletou a necessidade de rever a situação", acrescentando que "os advogados já estão a trabalhar no assunto". Os técnicos da NAV confirmam que estão a "ponderar avançar com um processo", mas vão aguardar pelo parecer do gabinete jurídico.

Quatro acções em curso

O mesmo poderá acontecer com a ANA, já que há dois sindicatos que representam trabalhadores da gestora aeroportuária a analisar a possibilidade de interpor um processo contra a empresa. "Abriu-se uma janela importante com o caso dos CTT e todas as hipóteses estão em cima da mesa", referiu Telmo Barbosa, do Sindicato

Cortes de 104 milhões Maiores empresas com poupanças elevadas

Os cortes salariais nas 15 maiores empresas do Estado terão dado a ganhar cerca de 104 milhões de euros, aplicando-se a redução média de 5% exigida pelo Governo em 2011. O maior ganho terá sido dado pelo grupo Caixa Geral de Depósitos, calculando-se que a redução nos vencimentos dos 22 mil trabalhadores tenha gerado um encaixe de 38,5 milhões de euros no ano passado. O Governo, na altura liderado por José Sócrates, sempre garantiu que não haveria excepções. No entanto, houve empresas que conseguiram autorizações da tutela para fazer adaptações aos cortes inscritos no Orçamento do Estado. Foi o caso da TAP, por exemplo, que, em vez de reduzir os vencimentos, optou por emagrecer os subsídios de férias dos funcionários, sendo que as reduções variaram entre 12,5 e 35%. Esta medida terá significado uma poupança de 17 milhões.

Democrático dos Trabalhadores dos Aeroportos e Aviação.

A opinião é partilhada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, que é um dos que já moveram processos contra empresas públicas. Neste caso, o sindicato decidiu processar a uma das empresas do grupo da Empordef, a holding do Estado para a indústria da defesa. Neste caso, já há uma sessão de julgamento agendada para 12 de Fevereiro.

Ontem, os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos decidiram, num plenário que juntou perto de 1500 pessoas, "avançar imediatamente para tribunal" caso se confirmem os cortes dos subsídios de férias no banco estatal, que são pagos todos os anos em Janeiro. Se esta acção se concretizar, juntar-se-á a outro processo movido pelo Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD, relativamente aos cortes salariais de 2011.

Além da Empordef e da CGD, há, pelo menos, mais duas empresas que foram alvo de acções judiciais, para além do grupo CTT. Em 2011, o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos processou a Carris e a Metro de Lisboa, mas não há ainda decisão dos tribunais. Fernando Fidalgo, do sindicato, avançou ao PÚBLICO que estão a ser ponderadas novas medidas em relação aos cortes dos subsídios de 2012 e 2013.